

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do
Sector Rodoviário e Ferroviário**

48.^a Reunião
(23 de janeiro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 14 horas e 16 minutos.

Foi apreciado, tendo sido aprovado, o requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, tendo-se pronunciado, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Nuno Encarnação (PSD) e Hélder Amaral (CDS-PP).

O Sr. Presidente deu conta das propostas entradas na Mesa relativas a entidades para envio de questionário.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 14 horas e 28 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 14 horas e 16 minutos.

Srs. Deputados, estive a olhar para a nossa ordem de trabalhos e creio que ganhávamos em fazer alguma troca nos pontos, porque quer-me parecer que seria melhor que o ponto 1, relativo ao agendamento de reuniões futuras, fosse o último ponto.

Ora bem, queria dar conta do seguinte: o Eng.º Ferreira do Amaral, que, como sabem, vai ser ouvido na Comissão, enviou-nos uma carta que se refere não à audição que vamos ter hoje da Brisa, mas à Metro Sul do Tejo, como resposta ao questionário indicativo, dando conta da responsabilidade que teve até um determinado ponto em que ainda não havia parceria público-privada (PPP). Portanto, esta resposta vai ser disponibilizada, como é hábito, aos Srs. Deputados. Aliás, estão a informar-me que já está no *site* da Comissão.

Srs. Deputados, quanto à questão do envio dos questionários, temos propostas do PSD e CDS e do PS de um conjunto muito alargado de entidades para as quais deverá ser enviado o questionário indicativo relativo às parcerias para as próximas duas fases.

A minha sugestão é a de que sejam eliminadas as repetições, que seguramente existem, entre ambos os requerimentos. Ou seja, sugiro que se proceda à reunião das propostas, se faça a interseção das que estão duplicadas e que seja enviado o questionário para todas as que estão propostas.

Entretanto, vamos ter depois um problema, porque há propostas cujas personalidades em concreto não são identificáveis, pelo menos à

primeira vista. Assim, em relação àquelas que os nossos serviços conseguirem localizar, poderá ser enviado; quanto às que não se conseguir determinar, vamos depois pedir a colaboração de todos os grupos parlamentares para ver se conseguimos chegar um pouco mais longe. É que há propostas que são feitas não em função do nome das pessoas, mas de cargos, e pode ser difícil determinar quem seja a pessoa em concreto e, mesmo determinando a pessoa em concreto, onde ela se encontra atualmente.

Portanto, a minha ideia — não sei se concordam — é a de que, se houver consenso no sentido de que todas as propostas que estão feitas são aceitáveis e se houver uma deliberação genérica nesse sentido, podemos dar já seguimento relativamente a esses nomes, trazendo aqui, à Comissão, depois, todos aqueles em relação aos quais não foi possível determinar.

Pergunto se se querem pronunciar sobre isto.

Pausa.

Não havendo objeções, vamos considerar como boas as propostas do PSD e CDS e do PS e dar-lhes seguimento. Depois, em futura reunião, daremos conta das dificuldades que tenha havido.

Tal como já combinámos na última reunião, os pedidos de documentação aos concessionários também seguem todos.

Podemos, portanto, dar como adquirido este ponto, que era mais de expediente.

O outro ponto da nossa ordem do dia diz respeito à apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP relativamente à audição do Dr. Sérgio Monteiro.

Tem a palavra, para apresentar o requerimento, o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, no seguimento do que já falámos anteriormente, queria dizer o seguinte: nós não queremos que esta Comissão pare por falta das próprias pessoas. Isto é, vai proceder-se agora ao envio dos inquéritos, mas a vontade do PSD, se o requerimento for aprovado, é que o Dr. Sérgio Monteiro venha de imediato, se puder para a semana, para começar já a falar das renegociações. Nós apelamos a que fale de tudo aquilo que sabe e que quem quiser o inquiria sobre tudo o que interessar.

Por outro lado, se permite que me refira a outra matéria, propomos que se calendarize de imediato os responsáveis políticos, os que efetivamente assinaram os contratos relativos à próxima fase, que, tal como combinámos, diz respeito às concessões Norte e Grande Lisboa, para que não haja aqui períodos mortos. Eles podem na mesma responder aos questionários indicativos. No entanto, no nosso requerimento propomos que se chamem de imediato, logo a seguir ao Dr. Sérgio Monteiro, os responsáveis identificados que assinaram os contratos. Deste modo, como eles terão de vir cá sempre, não teríamos nenhuma paragem no andamento dos trabalhos da Comissão.

Depois, quanto aos requerimentos restantes, consoante as respostas de cada um dos outros elementos que não são propriamente os decisores políticos, analisaremos se vale ou não a pena virem todos, para que depois não tenhamos aqui falsas surpresas ao chamar pessoas que provavelmente podiam nem vir cá.

É esta a proposta do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto ao Sr. Deputado se está em condições de concretizar já a proposta em termos de nomes.

Também concordo que temos toda a vantagem, até tendo em conta os prazos com que estamos a trabalhar, em não parar e passar já às audições da próxima fase, mas tínhamos de determinar em concreto quem são as pessoas para se poder fazer os contactos e a calendarização.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, quanto à Grande Porto, temos os decisores políticos identificados no requerimento, assim como relativamente à Grande Lisboa.

O Sr. **Presidente**: — Podemos fazer o seguinte: a única proposta que há, neste momento, em cima da mesa é relativa ao Dr. Sérgio Monteiro, em relação à qual podemos já deliberar e proceder à marcação da audição para a próxima semana. Depois, podemos tentar fazer o levantamento, o mais rápido possível, das personalidades a ouvir e decidir isso, não sei se teremos condições para o decidir logo, ou imediatamente antes da audição ou imediatamente a seguir.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Acho que sim, Sr. Presidente, daqui até lá, esclarecemos os nomes e identificamos um a um para as duas concessões.

Se for preciso, trazemos os nomes todos elencados e propomos ou antes ou depois da reunião das 17 horas e 30 minutos, como queiram.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, penso que há acordo quanto a esta proposta.

Vamos, então, votar o requerimento apresentado pelo PSD e CDS-PP para a audição do Dr. Sérgio Monteiro.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não tendo nada contra, de facto, estava a tentar lembrar-me dos decisores políticos das estradas em questão, mas não os consigo confirmar com total garantia. Presumo que seja o ex-Ministro Teixeira dos Santos, o ex-Secretário de Estado Paulo Campos, mas acho que podíamos votar, de facto, sem os nomes, porque os nomes aqui não são assim tão relevantes.

Se calhar, cometemos o pecado da gula ao quisermos discutir todas. De facto, temos uma agenda apertada e, se deste questionário imenso resultarem respostas que nos possam suscitar audições presenciais, então, teremos grandes dificuldades em cumprir o prazo.

Portanto, estando decidido que vamos avançar para Norte e Grande Lisboa, acho que podíamos deliberar no sentido de chamar os decisores políticos para já, independentemente de dizermos em concreto quem são e de porventura fazermos chegar aos serviços os nomes, porque estão definidos, basta olhar para os contratos: é quem assinou o contrato. Portanto, votávamos já e definíamos já que assim era.

O Sr. **Presidente**: — Se me permite, acho que devíamos pensar o seguinte: em relação aos decisores em concreto, ver em que parcerias podem estar envolvidos, daqui até ao fim dos nossos trabalhos, porque creio que não nos podemos dar ao luxo de estar a ouvir... Ou seja, já

ouvimos duas vezes o Eng.º João Cravinho e, portanto, às tantas, corremos o risco de ouvir cinco vezes o Eng.º João Cravinho, quatro vezes o Dr. Teixeira dos Santos e sete vezes o Dr. Paulo Campos. Creio que devíamos ter em atenção e considerar que seria bom que quem fosse chamado à Comissão fosse ouvido já sobre um conjunto alargado de matérias, sob pena de estarmos a repetir audições.

De qualquer maneira, é apenas um reparo que faço para termos esse cuidado, tanto quanto possível, porque pode não praticável em alguns casos. Acho, contudo, que tínhamos vantagem em economizar processos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Acho que as subconcessões, que são oito, devem ser discutidas todas: são todas iguais, genéricas, o procedimento foi o mesmo, os decisores políticos são os mesmos. Aí poupamos algum tempo. Podemos juntar a essas, ou não, a Grande Porto e a Grande Lisboa, mas, ainda assim, a minha sugestão era separá-las, mesmo que isso implique convidar repetidamente os mesmo decisores políticos.

O Sr. **Presidente**: — De qualquer forma, refletiremos sobre esta questão nas próximas horas e logo, na altura da audição, tentaremos chegar a um acordo sobre os nomes, para podermos funcionar sem haver interrupções dos nossos trabalhos.

Srs. Deputados, creio que estamos entendidos relativamente à ordem de trabalhos de hoje.

Queria informar os Srs. Deputados que recebemos do gabinete da Sr.^a Presidente da Assembleia um *e-mail* enviado por uma cidadã que manifesta o seu desagrado relativamente à forma como correu a última

audição desta Comissão. A Sr.^a Presidente da Assembleia deu-me conhecimento do *e-mail* e eu dou conhecimento aos Srs. Deputados.

Assim sendo, concluímos a nossa reunião e encontrar-nos-emos logo, às 17 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 28 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.